

SUDESTE S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2014

(Em reais, centavos omitidos)

1 - Contexto Operacional

A Sudeste S.A. (“Companhia”), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, participação em empreendimentos imobiliários, participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

A Companhia não detém nenhum investimento operacional, exceto quanto à participação em fundos de investimentos.

2 - Apresentação das Informações Contábeis

As informações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e de acordo também com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera (“moeda funcional”).

A Companhia não possui resultado abrangente, motivo pelo qual não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 06 de fevereiro de 2015.

3 - Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros, mensuradas ao valor justo reconhecido no resultado e estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento do exercício, que se aproxima do valor justo.

c) Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

d) Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

e) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real.

f) Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

g) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

h) Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas informações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4 - Pronunciamentos Novos e Lei 12.973

4.1 - Pronunciamento do IFRS que ainda não está em vigor

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, com o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, a qual é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e não espera efeitos relevantes.

4.2 - Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.397

A conversão em Lei 12.973 de 13 de maio de 2014, da então medida provisória nº 627, trata dos efeitos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014.

A Administração da Companhia procedeu à análise dos principais impactos da Lei 12.973 e concluiu que a antecipação de seus efeitos para 2014 não trariam impactos em suas demonstrações contábeis e assim decidiu não antecipar os seus efeitos para 2014 conforme a Lei faculta.

5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 2014 | 2013 |
|------------------------|---------------|---------------|
| Depósitos bancários | 208 | 1.124 |
| Aplicações financeiras | 18.259 | 10.992 |
| | 18.467 | 12.116 |

As aplicações financeiras de curto prazo estão constituídas por cotas de fundos de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. A composição da carteira está representada por:

| Fundo | Instituição Financeira Administradora | 2014 | | 2013 | |
|-------------|---------------------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
| | | Quantidade de Cotas | Valor | Quantidade de Cotas | Valor |
| Itaú Top DI | Banco Itaú S.A. | 6.098,06777 | 18.259 | 4.071,62504 | 10.992 |
| | | | 18.259 | | 10.992 |

6 - Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 51.378.324 (41.378.324 em dezembro de 2013) ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2014, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 100.000, passando o mesmo de R\$ 3.251.000 para R\$ 3.351.000, mediante a emissão privada de 10.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 0,01 (hum centavo de real) por ação.

b) Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

7 - Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em comparação com as vigentes no mercado.

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

.*.*.*.